

COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

Aos 17 dias do mês de julho de 2018, pelas 10:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho e Segurança Social, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PCP sobre "Situação dos Trabalhadores da Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA, subsidiária da Lundin Mining";

2. Votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 887/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas/dietistas nas instituições do Setor Social e Solidário que prestam cuidados a idosos».- Projeto de Resolução n.º 1608/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas nas instituições que prestam cuidados a idosos»;

3. Deliberação sobre a remessa para votação, na generalidade, em Plenário dos Projetos de Lei n.ºs 430/XIII/2.ª (PSD) - Aprova medidas de transparência com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres; e 693/XIII/3.ª (PAN) - Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor;

4. Deliberação sobre a remessa para votação em Plenário dos Projetos de Resolução n.ºs 713/XIII/2.ª (PS) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam a transparência das remunerações com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres; 1177/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor; 702/XIII/2.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que desenvolva uma política de incentivos para as empresas que promovam a igualdade de género, e 711/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo o combate à discriminação das mulheres e a promoção da igualdade de género nas forças de segurança;

5. Outros assuntos.

1. Audição do Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PCP sobre "Situação dos Trabalhadores da Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA, subsidiária da Lundin Mining";

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Feliciano Barreiras Duarte, começou por cumprimentar e dar as boas vindas ao Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (Vieira da Silva), bem como ao Senhor Secretário de Estado do Emprego (Miguel Cabrita), enquadrando a vinda do Senhor Ministro à Comissão no âmbito do requerimento apresentado pelo GP do PCP sobre "Situação dos Trabalhadores da Somincor - Sociedade Mineira de Neves-Corvo, SA, subsidiária da Lundin Mining", descrevendo a metodologia adotada para aquela audição e dando a



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

palavra à Senhora Deputada Rita Rato (PCP) para apresentação do referido requerimento.

Usou de seguida da palavra o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, na sua primeira intervenção.

Na ronda única de intervenções usaram da palavra os Senhores e as Senhoras Deputadas Clara Marques Mendes (PSD), Rui Riso (PS), Isabel Pires (BE), António Carlos Monteiro (CDS-PP) e Rita Rato (PCP), tendo o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social respondido no final e em conjunto às questões colocadas.

A audição foi gravada em suporte vídeo e áudio, constituindo parte integrante desta ata, pelo que se dispensa o seu desenvolvimento aprofundado nesta sede.

Logo após a audição, deu-se continuidade à reunião, de acordo com os termos constantes da respetiva ordem de trabalhos:

2. Votação na especialidade das seguintes iniciativas:- Projeto de Resolução n.º 887/XIII/2.ª (PSD) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas/dietistas nas instituições do Setor Social e Solidário que prestam cuidados a idosos».- Projeto de Resolução n.º 1608/XIII/3.ª (PAN) - «Recomenda ao Governo a presença obrigatória de nutricionistas nas instituições que prestam cuidados a idosos»;

No seguimento de um pedido de adiamento formulado pelo Senhor Deputado Rui Riso (PS), o Senhor Presidente esclareceu que este ponto teria que ser necessariamente votado hoje, sob pena de não se poder proceder à votação final das iniciativas na sessão plenária do dia seguinte, a última da 3.ª Sessão Legislativa. Desta forma, o Senhor Deputado requerente comunicou que o Grupo Parlamentar do PS desejava que a expressão «(...) a tempo inteiro ou parcial (...)» não constasse do texto final a aprovar pela Comissão.

Tomou então a palavra a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), sublinhando que era importante fixar qual a metodologia a adotar no futuro, resumindo os trabalhos já efetuados nesta Comissão a propósito deste tema, e reiterando que a repetição da votação poderia constituir um precedente perigoso para o futuro.



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

A Senhora Deputada Wanda Guimarães (PS) sugeriu então que constasse da presente ata que a votação autónoma dos dois projetos de resolução não se ficava a dever ao impedimento de um Senhor Deputado ou de um Grupo Parlamentar, mas tão só por o Senhor Deputado do PAN ter considerado que a aprovação de um texto final pela Comissão não prejudicava a votação autónoma dessa iniciativa, acautelando-se assim eventuais riscos para o futuro.

O Senhor Presidente manifestou a sua concordância com a introdução desta regra, para que esta situação não se repetisse no futuro.

Deste modo, submetido a votação o Projeto de Resolução n.º 887/XIII/2.ª (PSD), com as ressalvas propostas pelo GP do PS, foi o mesmo aprovado por unanimidade. Já o Projeto de Resolução n.º 1608/XIII/3.ª (PAN) foi rejeitado na especialidade, com os votos contra do PSD e do PS, e as abstenções do BE, do CDS-PP e do PCP.

3. Deliberação sobre a remessa para votação, na generalidade, em Plenário dos Projetos de Lei n.ºs 430/XIII/2.ª (PSD) - Aprova medidas de transparência com vista à eliminação das desigualdades salariais entre homens e mulheres; e 693/XIII/3.ª (PAN) - Aprova medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor;

No âmbito do terceiro ponto da ordem do dia, a Senhora Deputada Clara Marques Mendes (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho em epígrafe, deu conta dos trabalhos conjuntos realizados com a Subcomissão para a Igualdade e Não Discriminação, no decurso da nova apreciação na generalidade dos dois diplomas identificados, e que acabaram por ser indiciariamente rejeitados, visando-se agora a ratificação desses sentidos de voto nesta reunião da Comissão, de maneira a que pudessem ser votados na reunião plenária do dia seguinte, quarta-feira, 18 de julho.

A Senhora Deputada Isabel Pires (BE) solicitou ainda uma esclarecimento sobre o procedimento a adotar, atendendo a que ambas as iniciativas haviam sido rejeitadas, tendo sido prestado o devido esclarecimento.

Desta maneira, os Grupos Parlamentares ratificaram as votações expressas em reunião do Grupo de Trabalho, o que resultou na rejeição indiciária dos dois diplomas, em sede de Comissão, e na sua conseqüente remessa para votação na generalidade na sessão plenária do dia seguinte.

4. Deliberação sobre a remessa para votação em Plenário dos Projetos de Resolução n.ºs 713/XIII/2.ª (PS) - Recomenda ao Governo a adoção de medidas que promovam a transparência das remunerações com vista à eliminação das desigualdades salariais



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

entre homens e mulheres; 1177/XIII/3.ª (PAN) - Recomenda ao Governo a adopção de medidas de promoção da igualdade remuneratória entre homens e mulheres por trabalho igual ou de igual valor; 702/XIII/2.ª (CDS-PP) - Recomenda ao Governo que desenvolva uma política de incentivos para as empresas que promovam a igualdade de género, e 711/XIII/3.ª (BE) - Recomenda ao Governo o combate à discriminação das mulheres e a promoção da igualdade de género nas forças de segurança;

No quarto ponto da ordem de trabalhos, foi igualmente decidido o envio de todos os projetos de resolução em epígrafe para Plenário, de maneira a integrarem o guião das votações da reunião plenária do dia seguinte, 18 de julho.

5. Outros assuntos.

O Senhor Presidente recordou que a próxima reunião da Comissão teria lugar no dia seguinte, sendo aí abordadas outras matérias pendentes, em particular a visita de trabalho à Região Autónoma da Madeira, a realizar em setembro de 2018.

A reunião foi encerrada às 11:45 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 18 de julho de 2018

O PRESIDENTE

(FELICIANO BARREIRAS DUARTE)



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva
António Carlos Monteiro
Carla Barros
Clara Marques Mendes
Feliciano Barreiras Duarte
Filipe Anacoreta Correia
Isabel Pires
José Rui Cruz
Ricardo Bexiga
Rita Rato
Rui Riso
Sandra Pereira
Sofia Araújo
Susana Lamas
Tiago Barbosa Ribeiro
Wanda Guimarães
Francisco Rocha
Helga Correia
Laura Monteiro Magalhães
Luís Soares
Sandra Pontedeira

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Carla Tavares
Joana Barata Lopes
Joaquim Raposo
José Moura Soeiro
Pedro Roque
Sónia Fertuzinhos



COMISSÃO DE TRABALHO E SEGURANÇA SOCIAL

ATA NÚMERO 169/XIII/3.ª SL

Esteve ausente em Trabalho Parlamentar a seguinte Senhora Deputada:

Maria das Mercês Borges